

Ata da nonagésima sétima reunião dos membros do Comitê de Investimentos da PREV SÃO JOSÉ, realizada às nove horas do dia 15 de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, na sala de reuniões da PREV SÃO JOSÉ, atendendo convocação do Presidente do Comitê, e teve como ordem do dia: **1) ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO MÊS DE MARÇO DE 2025; 2) ANÁLISE DE CENÁRIOS; 3) ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOVOS; e 4) APRESENTAÇÃO DA MINUTA DE ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO QUE TRATA SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS.** Presidiu a reunião o Sr. LUIZ CARLOS BONATO, Presidente do Comitê de Investimentos e, na seqüência, verificou-se a presença do Sr. IVAN FERREIRA DE MELO, Presidente da Prev, do Sr. Ivo Cetnarski, Diretor de Benefícios da Prev e do Sr. PAULO CESAR MAGNUSKEI, Presidente do CONAD e como convidado o Sr. Bruno Leme Ferreira da Silva, Assessor de Investimentos da Assessoria Financeira Crédito e Mercado que participou da reunião por teleconferência. Os membros do comitê deliberaram conforme segue: **1) ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO MÊS DE MARÇO DE 2025.** Foi apresentado pelo Diretor Financeiro o relatório de Investimentos da Carteira da PREV SÃO JOSÉ, com retorno percentual no mês de 1,08% ficando o retorno total da carteira no período (janeiro a março) em 3,00%, sendo que no segmento de renda fixa o retorno foi de 1,12%, renda variável 2,61% e no segmento de Investimento no exterior a carteira teve retorno de -9,71%, a carteira de Investimentos da PREV SÃO JOSÉ fechou o mês com o PL total de R\$ 1.837.353.164,32, o IPCA teve uma variação no mês de 0,56%, com isso a meta atuarial para o período (janeiro a março) ficou em 0,95% com 90,76% de atingimento da meta para o período, a Consultoria indicou que a carteira da PREV SÃO JOSÉ, está com diversificação muito boa e com proteção adequada para o momento, com 91,62 % em renda fixa, 7,13% renda variável e 1,25% de Investimentos no Exterior. Os fundos atrelados em CDI tem a maior concentração da carteira com 24,16% seguidos dos fundos em vértices de médio prazo com 18,26% e dos fundos em vértices de longo prazo com 14,67%. Comentou que as movimentações efetuadas no decorrer do mês, aumentando nossa exposição em títulos de curto e médio prazos foram importantes para diminuir o impacto negativo da oscilação do mercado, servindo como uma proteção. Todos os investimentos encontram-se devidamente enquadrados, de acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Política de Investimentos. Os membros do comitê de Investimentos manifestaram-se, por unanimidade, favoráveis a sua aprovação. **3) ANÁLISE DE CENÁRIOS:** Foi explanado pelo consultor financeiro o Panorama Econômico de Março de 2025 que segue anexo a esta Ata. **3) ALOCAÇÃO DE RECURSOS NOVOS:** O Consultor sugeriu que poderíamos aumentar nossa exposição em fundos DI, de imediata liquidez, aguardando a tomada de decisões quanto a novos investimentos. Sugeriu também aplicarmos em títulos negociados diretamente com o Tesouro Nacional aproveitando assim as boas taxas oferecidas, lembrando que esses títulos são marcados na curva. Como forma de diversificação dos investimentos, sugeriu para ficarmos atentos a oportunidades no segmento em renda fixa, no médio e curto prazo, aproveitando assim taxas atrativas oferecidas pelos bancos no período, como exemplo: Letra Financeira. Ressaltou que as taxas oferecidas pelas Letras Financeiras são mais altas que as oferecidas pelos Títulos Públicos, no entanto, o risco também é maior, sugerindo cautela. Sugeriu também para ficarmos atentos às oportunidades nos fundos de crédito privado, ressaltando sempre a cautela. Destacou que os recursos alocados em longo prazo estão acima do limite sugerido pela assessoria financeira, recomendando um rebalanceamento do total alocado em IMAB para o IRFM-1. Ainda, destacou que os recursos alocados em médio prazo também estão acima do limite sugerido pela assessoria financeira, recomendando um rebalanceamento em R\$ 10.000.000,00 do IMAB-5 para o IRFM-1 e R\$ 10.000.000,00 do IDKA IPCA 2 para o IRFM-1. Os movimentos propostos pela assessoria financeira visam o aumento dos recursos em curto prazo. Com relação aos recursos aplicados em Renda

Variável comentou que a Prev São José está dentro do limite sugerido pela assessoria financeira e propôs para que não haja mudança de posição nesse momento. Com relação aos recursos aplicados no Exterior sugeriu que não haja mudança de posição, no entanto, ressaltou para ficarmos atentos a uma queda nos valores das cotações para um novo aporte, em valores de R\$ 500.000,00 a R\$ 1.000.000,00. Oportunamente, o senhor Ivan Ferreira de Melo informou aos membros do comitê e ao consultor a abertura da Conta Selic, condição para negociar Títulos Públicos Federais diretamente com o Tesouro Nacional foi aberta com o auxílio do Banco do Brasil e já se encontrava em condições de operacionalização. Informou que o Banco do Brasil se comprometeu a não cobrar taxa de custódia, exceto os custos normais cobrados pelo Tesouro Nacional que ficarão a cargo da Prev São José. Informou ainda que essa mesma conta poderia ser utilizada em outras instituições financeiras. Continuando, indagou ao consultor de investimentos se a sugestão dada por ele, na reunião do mês de fevereiro/25, em negociar Títulos com vencimentos em 2032 e 2035 permanecia válida. O consultor respondeu que sim. Assim, os membros do Comitê deliberaram no sentido de iniciar a negociação da compra de títulos no valor total de R\$ 90.000.000,00, sendo R\$ 40.000.000,00 com vencimento em 2032 e R\$ 50.000.000,00 com vencimento em 2035, através de custódia no Banco do Brasil, com marcação na curva do papel. Conforme deliberação, foi previsto aporte do total de até R\$ 240.000.000,00 para esse segmento, conforme sugestão do consultor de investimentos. **4) NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO QUE TRATA SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** Conforme deliberação na reunião do mês de março foi apresentada a Minuta com as alterações propostas tendo em vista a necessidade da revisão e atualização do Decreto Municipal nº 3.122, de 25/07/2015 que Dispõe sobre a criação e Regulamentação do Comitê de Investimentos da PREV SÃO JOSÉ. Após a apresentação da Minuta, que segue anexa a esta Ata, o senhor Ivan Ferreira de Melo solicitou um tempo para análise. Assim, foi deliberado pelos membros do Comitê que o assunto será novamente discutido na reunião de maio. Das Informações desta Ata será elaborado o Parecer – Relatório de Investimentos, o qual será encaminhado ao Conselho Fiscal para aprovação. Os membros do comitê manifestaram-se, por unanimidade, favoráveis a sua aprovação. O Presidente franqueou a palavra e como ninguém fez uso da mesma, encerrou a reunião às 11 horas e a presente ata, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

ASSINADO DIGITALMENTE

LUIZ CARLOS BONATO
Matricula 550004-01

LUIZ CARLOS BONATO
Presidente do Comitê



PAULO CESAR MAGNUSKEI
Membro



IVO CETNARSKI
Membro



IVAN FERREIRA DE MELO
Vice-Presidente

DECRETO Nº xxxxxx, DE xx DE xxxxxx DE xxxx

Dispõe sobre a criação e Regulamentação do Comitê de Investimentos da Autarquia de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José dos Pinhais PREV SÃO JOSÉ.

A Prefeita Municipal de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e, de acordo com o art. 59, § 2º, da Lei Complementar nº. 15, de 19 de outubro de 2005, e art. 35, § 2º, do Decreto nº. 1.425, de 30 de março de 2006 Regimento Interno da PREV SÃO JOSÉ, e ainda conforme Ofício nº/2025-PREV SÃO JOSÉ.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criado e regulamentado o Comitê de Investimentos da Autarquia de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José dos Pinhais PREV SÃO JOSÉ.

Art. 2º O Comitê de Investimentos da PREV SÃO JOSÉ é o órgão responsável pela formulação e execução da Política de Investimentos da Autarquia, cabendo-lhe analisar, propor políticas e estratégias de alocação dos recursos com condições que preservem a segurança, a rentabilidade, a solvência, a liquidez e a transparência dos mesmos.

Art. 3º Os membros do Comitê de Investimentos deverão atender aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Art. 8-B da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, seu regulamento, Portaria MTP nº 1.467/2022, e Manual da Certificação dos Profissionais dos Regimes Próprios de Previdência Social, divulgado pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, nas formas e prazos ali estabelecidos, ao as normas que vierem a substituí-las.

Parágrafo único. Todos os membros deste Comitê de Investimentos deverão, antes de sua posse, estar previamente certificados, em relação a exigência do inciso II do Art. 8-B da Lei nº 9.717/1998, conforme o CAPUT.

Art. 4º O Comitê de Investimentos, com finalidade exclusivamente consultiva, e vinculada à Diretoria Financeira, integra a estrutura organizacional da PREV SÃO JOSÉ e terá 05 (cinco) membros conforme composição a seguir:

I – Membros natos:

- a) Diretor Presidente da PREV SÃO JOSÉ;
- b) Diretor Financeiro da PREV SÃO JOSÉ;
- c) Presidente do Conselho de Administração da PREV SÃO JOSÉ;

II – 2 (dois) membros indicados entre os segurados do regime conforme art. 5º

deste Decreto.

§1º Os membros do Comitê de Investimentos, constantes no inciso II terão mandato de 04 (quatro) anos, contados a partir de sua posse, e poderão ser reconduzidos.

§2º Os membros natos, conforme inciso I do CAPUT, somente tomarão posse após devidamente certificados, conforme parágrafo único do Art. 3º deste Decreto.

§3º Ao atingirem a condição de membros natos, conforme alíneas “a” a “c” do inciso I do CAPUT, se ainda não certificados conforme parágrafo único do Art. 3º deste Decreto, poderão a seu critério pessoal, indicar membro substituto que deverá no mínimo:

I - Ser devidamente certificado conforme parágrafo único do Art. 3º deste Decreto;

II - Ser segurado da PREV SÃO JOSÉ.

§4º A indicação conforme parágrafo anterior, terá validade por no máximo 12 meses, e caso após este período o membro titular ainda não esteja devidamente habilitado, a situação será encaminhada para deliberação ao Conselho de Administração da PREV SÃO JOSÉ.

Art. 5º As indicações conforme inciso II do art. 4º serão formalizadas pela Diretoria Executiva da PREV SÃO JOSÉ ao Conselho de Administração que referendará os indicados.

§1º As indicações deverão recair sobre servidores segurados do regime, devidamente habilitados conforme Art. 3º deste Decreto, preferencialmente lotados na Autarquia.

§2º Não poderão ser indicados, para composição destas vagas, os Conselheiros efetivos e suplentes dos Conselhos de Administração e Fiscal.

§3º O Conselho de Administração, de forma fundamentada, poderá não aprovar a indicação, neste caso solicitará nova indicação que não poderá recair sobre o nome recusado.

§4º Após a homologação pelo Conselho de Administração, os indicados serão nomeados através de ato do Diretor Presidente da Autarquia, e serão empossados pelo presidente do Comitê de Investimentos na reunião subsequente à nomeação.

Art. 6º O Comitê de Investimentos contará com assessoramento de Consultoria de Investimento externa, devidamente habilitada.

Art. 7º O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente uma vez ao mês, com a presença da maioria absoluta dos membros e, deliberará por maioria simples dos presentes.

§ 1º O Comitê de Investimentos será presidido pelo Diretor Financeiro da PREV SÃO JOSÉ, a quem compete à coordenação dos trabalhos juntamente com os demais

membros.

§ 2º Será eleito entre os membros do Comitê um Vice-Presidente, que na ausência do Presidente presidirá as reuniões e convocações.

§ 3º O Comitê de Investimentos poderá ser convocado, extraordinariamente, por seu Presidente, com informação expressa das razões de urgência que motivaram tal convocação.

§ 4º As convocações, juntamente com a ordem do dia, devem ser comunicadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias para as reuniões ordinárias e de 03 (três) dias para as reuniões extraordinárias.

Art. 8º As decisões serão tomadas pela maioria dos membros presentes e, quando houver empate na votação de uma matéria, o Presidente do Comitê de Investimentos terá voto de desempate, na ausência deste, o desempate deverá ocorrer pelo membro que estiver presidindo a reunião.

Art. 9º O Comitê de Investimentos subsidiará a Diretoria Executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal especificamente:

I - na elaboração e definições da minuta da Política de Investimentos anual, referente ao exercício a que se referir, para apresentação aos Conselhos Fiscal e de Administração;

II - analisando, avaliando e emitindo recomendações sobre proposições de investimentos;

III - acompanhando e avaliando o desempenho dos investimentos já realizados, com base em relatórios elaborados pelo Diretor Financeiro e/ou Gestor da Carteira de Investimentos ou Consultoria de Investimentos, bem como proposições de mudança ou redirecionamento de recursos;

IV - analisando os cenários macroeconômicos, político e as avaliações de especialistas acerca dos principais mercados, observando os possíveis reflexos no patrimônio dos planos de benefícios administrados pelo RPPS;

V - propondo, com base nas análises de cenários, as estratégias de investimentos para um determinado período;

VI - reavaliando as estratégias de investimentos, em decorrência da previsão ou ocorrência de fatos conjunturais relevantes que venham, direta ou indiretamente, influenciarem mercados financeiros e de capitais;

VII - analisando os resultados da carteira de investimentos do RPPS;

VIII - propondo revisão da política de investimentos anual buscando o reenquadramento do plano, motivadas por mudanças no cenário econômico, alterações na

legislação do RPPS ou de investimentos;

IX - acompanhando a execução da política de investimentos do RPPS;

X - indicando os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores dos benefícios de competência da PREV SÃO JOSÉ;

XI - indicando o percentual máximo a ser conferidos para cada investimento, dentro dos limites legais, buscando adequar o mesmo a realidade do mercado financeiro e da Política de Investimentos;

XII - indicando os critérios para seleção das instituições financeiras buscando a segurança e minimizar os custos operacionais;

XIII - analisando e emitindo parecer acerca das propostas e produtos encaminhados pela Diretoria Executiva;

XIV - analisando e homologando os credenciamentos das Instituições Financeiras encaminhadas pela Diretoria Executiva;

XV - avaliando o desempenho das aplicações financeiras, efetuadas por entidades credenciadas, com periodicidade no mínimo trimestral, objetivando mensurar a performance das mesmas, de acordo com a legislação vigente; e,

XVI - analisando os relatórios trimestrais detalhados, elaborados pelo Gestor da Carteira e/ou Consultoria de Investimentos, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pela PREV SÃO JOSÉ, com títulos públicos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021, e suas alterações.

Art. 10. As decisões e deliberações definidas nas reuniões ordinárias ou extraordinárias pelo Comitê de Investimentos serão registradas em Atas e disponibilizadas para consultas na página oficial da PREV SÃO JOSÉ na rede mundial de computadores - internet.

Art. 11. É vedado aos Membros do Comitê de Investimentos efetuarem negócios de qualquer natureza, direta ou indiretamente relacionados com a PREV SÃO JOSÉ, junto às Instituições Financeiras, não sendo consideradas como tal, movimentações de seus recursos particulares e laboral-funcional.

Art. 12. O Diretor Financeiro da PREV SÃO JOSÉ, membro nato do Comitê, apresentará nas reuniões do Comitê, uma exposição detalhada sobre os assuntos financeiros da PREV SÃO JOSÉ durante o período transcorrido desde a última reunião ou outras exposições que os demais membros solicitarem, subsidiando o Comitê em suas decisões.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelos membros do Comitê de

Investimentos, atendendo as disposições legais e normatizações da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, do Banco Central do Brasil, do Conselho Monetário Nacional e demais órgãos que disciplinam o Sistema Financeiro Nacional.

Art. 14. Os membros integrantes do Comitê de Investimentos, de acordo com a legislação, perceberão a título de jeton, apenas após participação nas reuniões ordinárias, a importância conforme os incisos abaixo:

I – equivalente a 100% (cem por cento) de um salário mínimo nacional, se possuir certificação conforme parágrafo único do art. 3º deste Decreto, em nível básico;

II – equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) de um salário mínimo nacional, se possuir certificação conforme parágrafo único do art. 3º deste Decreto, em nível intermediário;

III – equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) de um salário mínimo nacional, se possuir certificação conforme parágrafo único do art. 3º deste Decreto, em nível avançado.

Parágrafo único. O membro do Comitê de Investimento, que no mês tiver direito a receber jeton por participar em reunião ordinária, como titular ou suplente, nos Conselhos Fiscal ou de Administração da PREV SÃO JOSÉ, não receberá jeton acumuladamente, podendo optar pelo que lhe for mais vantajoso.

Art. 15. Obrigatoriamente, no mínimo 2 (dois) diretores da PREV SÃO JOSÉ, assinarão em conjunto todos os atos relativos a investimentos da Autarquia.

Art. 16. O presente regulamento só poderá ser alterado ou revogado por resolução dos Conselhos de Administração e Fiscal da PREV SÃO JOSÉ.

Art. 17. Fica revogado o Decreto nº 3.122, de 25 de julho de 2018.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de São José dos Pinhais, xx de xxxx de xxxx.

Margarida Maria Singer
Nina Singer
Prefeita Municipal

Luiz Pereira Keppen
Secretário Municipal de Administração e
Recursos Humanos

PANORAMA **MARÇO**



SÍNTESE DA LEITURA DO PANORAMA ECONÔMICO DOS PERÍODOS ANALISADOS

O ambiente de investimentos para o RPPS se mostra ainda mais desafiador, com pressões do ambiente externo sobre os mercados, porém pressões estas difíceis de se distinguir o que é mudanças estrutural e ruído.

Nos Estados Unidos, embora pautada por justificativas de segurança econômica e nacional, proteção da indústria nacional e correção de desequilíbrios comerciais, a imposição de tarifas ignora os custos sistêmicos e os efeitos colaterais gerados pela interferência coercitiva no funcionamento espontâneo dos mercados.

Além disso, o encarecimento de bens importados prejudica diretamente consumidores e empresas. As empresas que operam em cadeias globais enfrentam elevação de custos e menor previsibilidade sobre seus insumos, levando à compressão de margens e à postergação de investimentos. Na prática, medidas que visam fortalecer a indústria nacional acabam por gerar inflação de custos, menor produtividade e aumento da vulnerabilidade estrutural da economia.

No plano internacional, a retaliação comercial compromete o equilíbrio das exportações e deteriora as condições externas de países integrados nas cadeias globais. A guerra tarifária eleva a incerteza sobre o ambiente institucional do comércio internacional e acende alertas quanto à segurança jurídica dos contratos e acordos vigentes. O resultado é um enfraquecimento da confiança entre parceiros comerciais, reconfiguração abrupta de fluxos logísticos e menor previsibilidade nas decisões de médio e longo prazo. Do ponto de vista financeiro, a elevação do risco sistêmico pode gerar efeitos inesperados nos mercados de capitais, nas moedas e no custo de financiamento soberano.

No Brasil, com a projeção de Selic em 15%, as expectativas de inflação cessaram revisões altistas, o que, coloca menor pressão de altas de forte peso sobre a Selic.

A alta de 1 ponto percentual na última reunião de 2025 foi acompanhada de uma sinalização de mais uma alta, de menor magnitude, na próxima reunião de 2025, além de um duro comunicado que apontou mais uma vez, que a relevância do aspecto fiscal na condução da política monetária, é crucial.

Frente a volatilidade do cenário econômico no curto prazo, recomendamos cautela aos investidores nos processos decisórios de investimentos. A perspectiva de uma Selic mais elevada para os próximos meses deve trazer melhores condições para atingimento de meta atuarial por um período mais prolongado e oportunidades de alocação em ativos emitidos pelo Tesouro e por instituições privadas, em que para estes, reforçamos o profundo processo de diligência na escolha dos ativos e seus respectivos emissores.

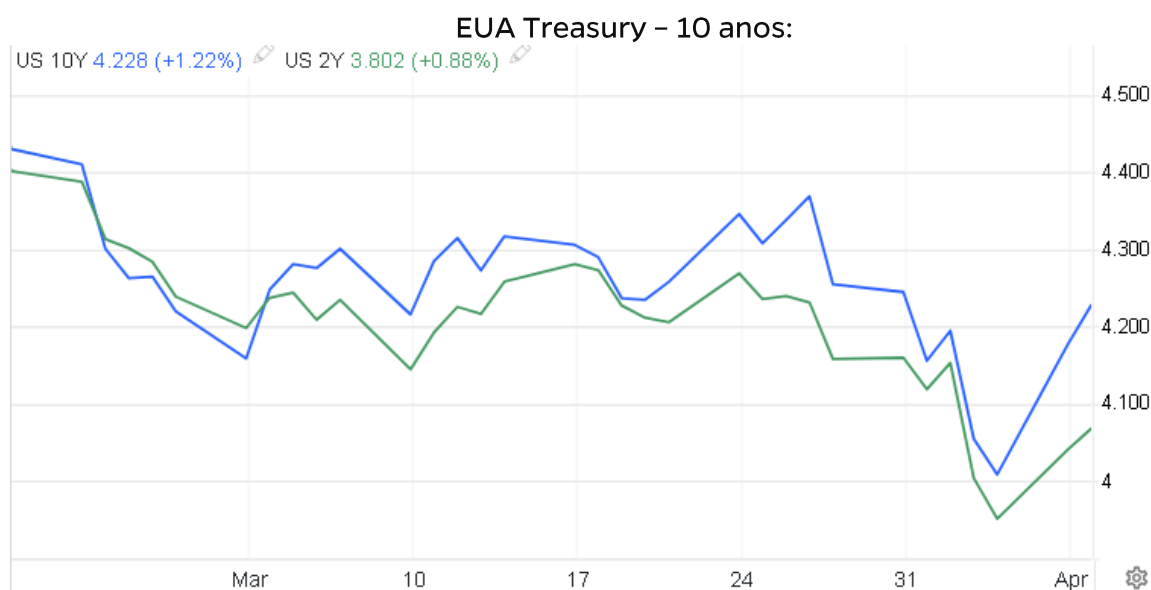
Não obstante, recomendamos que os RPPS diversifiquem sua carteira de investimentos nas classes de ativos recomendadas em nossos periódicos, como ativos de exposição ao exterior e renda variável doméstica que apresenta também, janela de entrada.

INTERNACIONAL

Estados Unidos

Curva de Juros

No mês de março, as treasuries do governo americano sofreram grande volatilidade por conta das discussões da “guerra comercial” que os Estados Unidos travaram com os países que possuem déficit comercial. Por conta das tarifas, aumentos marginais nos preços de curto prazo foram esperados, porém com a postergação, cancelamento, entre outras mudanças, jogaram os rendimentos para cima.



Fonte: <https://tradingeconomics.com/united-states/government-bond-yield>

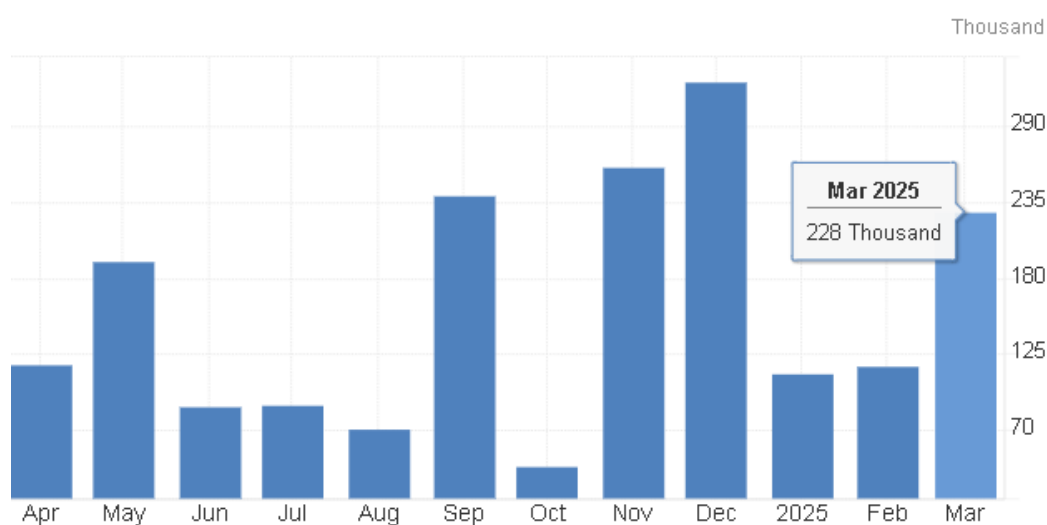
Por conta das tarifas e uma deterioração da atratividade da economia americana, a dólar registrou perda de força em relação as demais moedas estrangeiras, conforme apontado pelo DXY, que mede o valor do dólar norte-americano em relação a uma cesta de moedas estrangeiras.



Mercado de trabalho

Quanto ao mercado de trabalho, o destaque ficou para o relatório Nonfarm Payroll que reportou a criação de 228.000 empregos em março de 2025, acima das expectativas de 135.000 empregos. A taxa de desemprego aumentou ligeiramente para 4,2%, em comparação com 4,1% de fevereiro.

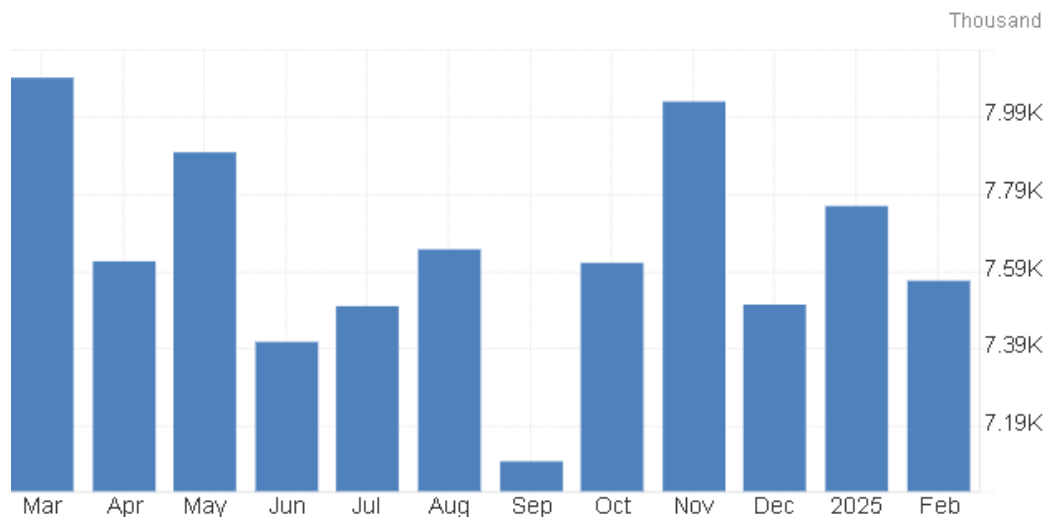
Criação novos empregos (Nonfarm Payroll) - EUA:



Fonte: <https://tradingeconomics.com/united-states/non-farm-payrolls>

Em março de 2025, o relatório JOLTS do Departamento do Trabalho, registrou 7,568 milhões de vagas de emprego abertas em fevereiro. O número ficou abaixo da expectativa do mercado, que previa 7,65 milhões de vagas, indicando uma leve desaceleração na demanda por mão de obra.

Vagas abertas (Jolts) - EUA:

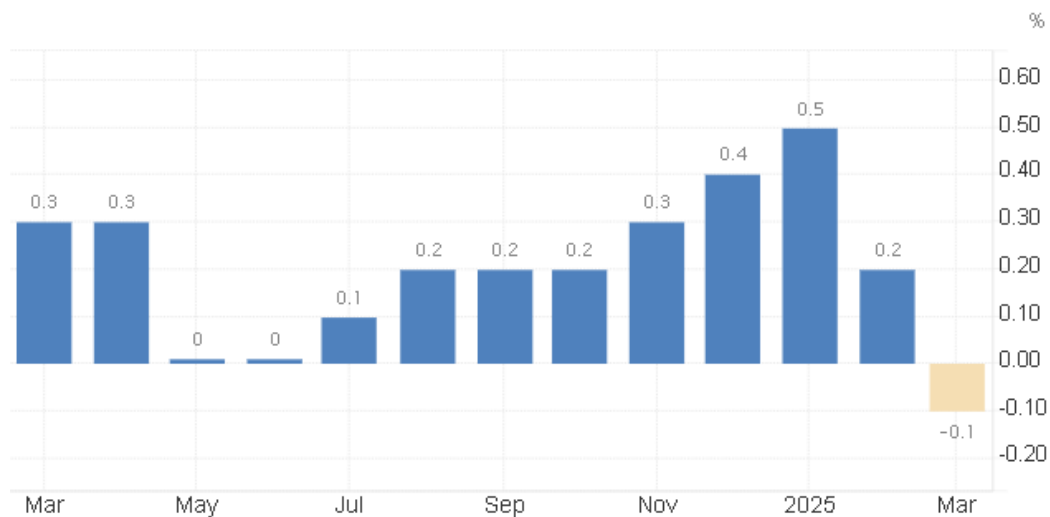


Fonte: <https://tradingeconomics.com/united-states/job-offers>

Inflação

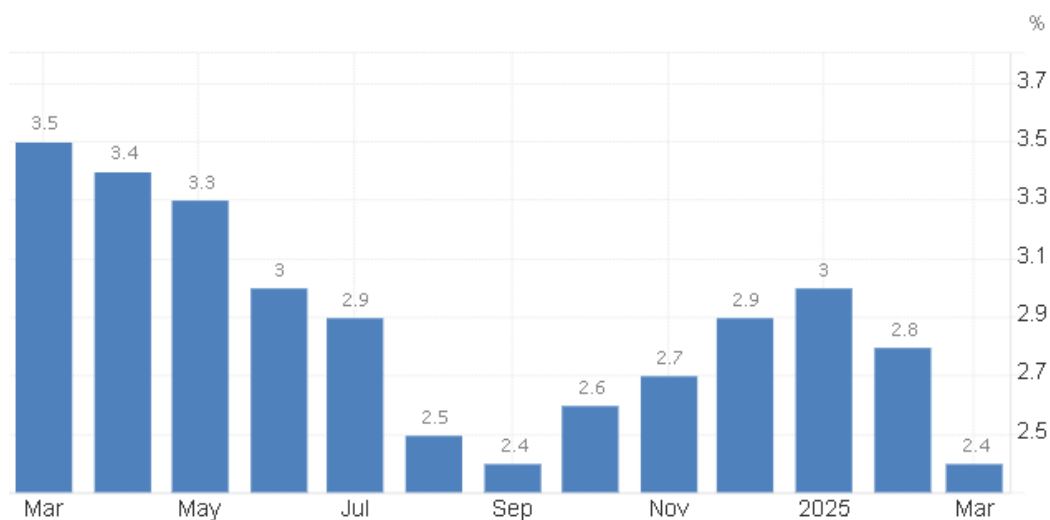
O índice de preços ao consumidor recuou -0,1% em março, após alta de 0,2% em fevereiro, refletindo principalmente a queda nos custos de energia. Na janela em 12 meses, o CPI subiu 2,4%, abaixo dos 2,8% registrados em fevereiro.

CPI mensal - Estados Unidos:



Fonte: <https://tradingeconomics.com/united-states/inflation-rate-mom>

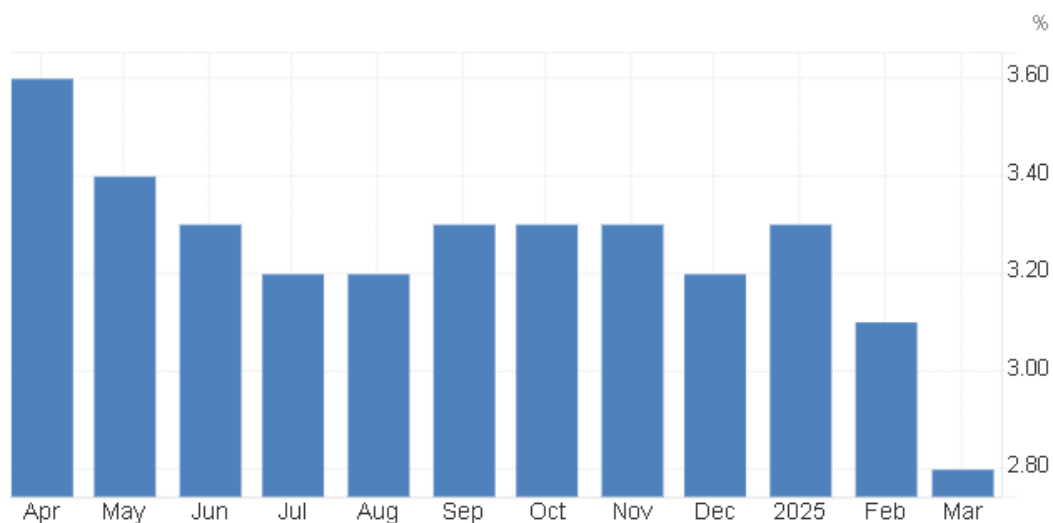
CPI anual - Estados Unidos:



Fonte: <https://tradingeconomics.com/united-states/inflation-cpi>

O núcleo da inflação, que exclui alimentos e energia, avançou 0,1% no mês e 2,8% na base anual, também abaixo das leituras anteriores, indicando uma desaceleração na inflação.

Núcleo CPI anual - Estados Unidos:



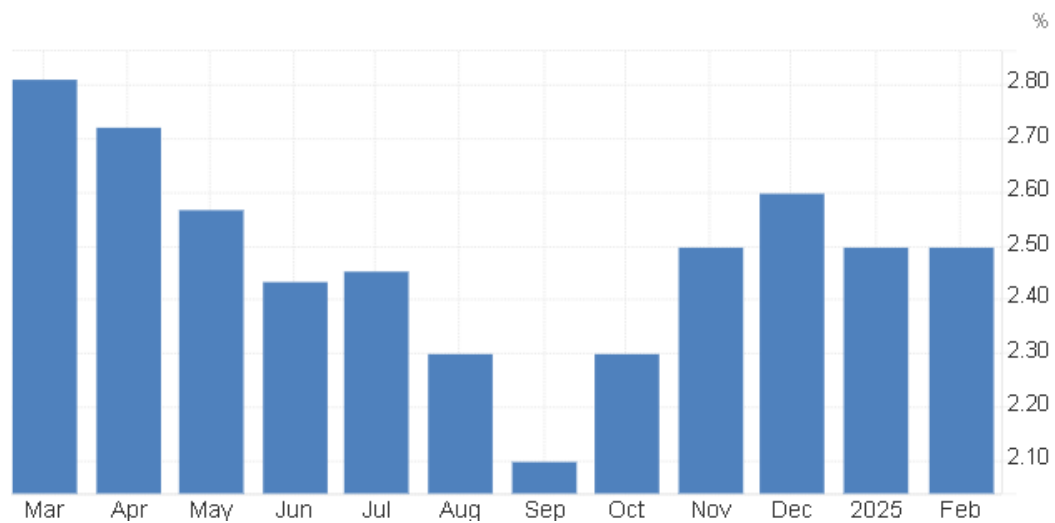
Fonte: <https://tradingeconomics.com/united-states/core-inflation-rate>

Já o PCE, principal indicador de inflação observado pelo FED, em fevereiro, registrou um aumento de 0,3% em relação a janeiro, mantendo a taxa anual em 2,5%, conforme divulgado pelo Departamento de Comércio dos EUA.

O núcleo do PCE, que exclui os voláteis preços de alimentos e energia, apresentou uma elevação mensal de 0,4% e anual de 2,8%, superando as expectativas de analistas que previam 0,3% e 2,7%, respectivamente.

Esses dados sinalizam uma inflação ainda persistente, influenciada por fatores como as tarifas comerciais implementadas recentemente, e reforçam a cautela do Federal Reserve na condução da política monetária para alcançar a meta de inflação de 2%.

PCE anual - Estados Unidos:



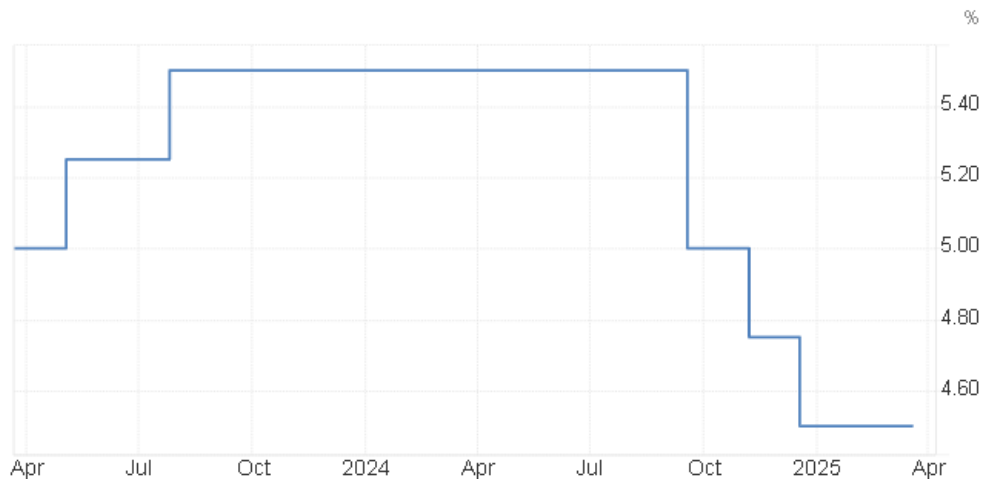
Fonte: <https://tradingeconomics.com/united-states/pce-price-index-annual-change>

Juros

Na reunião de março, o Federal Reserve manteve a taxa de juros no intervalo entre 4,25% e 4,50% ao ano, marcando a segunda manutenção consecutiva após um corte total de 1 ponto percentual no ano anterior. O FOMC justificou a decisão citando o aumento da incerteza econômica, especialmente devido às políticas comerciais e tarifárias implementadas pelo governo do presidente Donald Trump. O presidente do Fed, Jerome Powell, destacou que as tarifas de importação podem elevar a inflação, tornando desafiador prever o impacto exato dessas medidas na economia.

Além disso, o Fed revisou suas projeções econômicas, prevendo uma inflação de 2,7% para o ano, um aumento em relação à previsão anterior de 2,5%. Powell mencionou que, embora alguns indicadores econômicos apresentem fraqueza, medidas amplas, como a taxa de desemprego, permanecem estáveis. A decisão de manter as taxas reflete uma abordagem cautelosa diante das incertezas econômicas e das possíveis pressões inflacionárias decorrentes das políticas comerciais vigentes.

Taxa de Juros – Estados Unidos



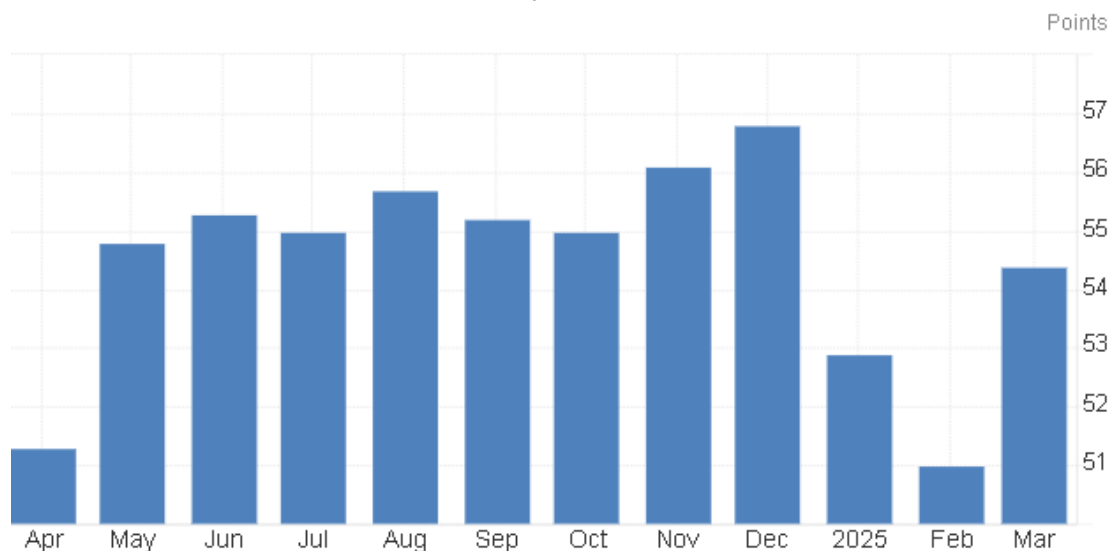
Fonte: <https://tradingeconomics.com/united-states/interest-rate>

INDICADORES DE ATIVIDADE

PMI

O PMI de Serviços dos Estados Unidos registrou 54,40 pontos em março, o valor mais alto em 2025. O número foi impulsionado pelo crescimento novos negócios. Contudo, a confiança apurada está em um dos níveis mais baixos da série histórica dado as discussões tarifárias e seus possíveis impactos.

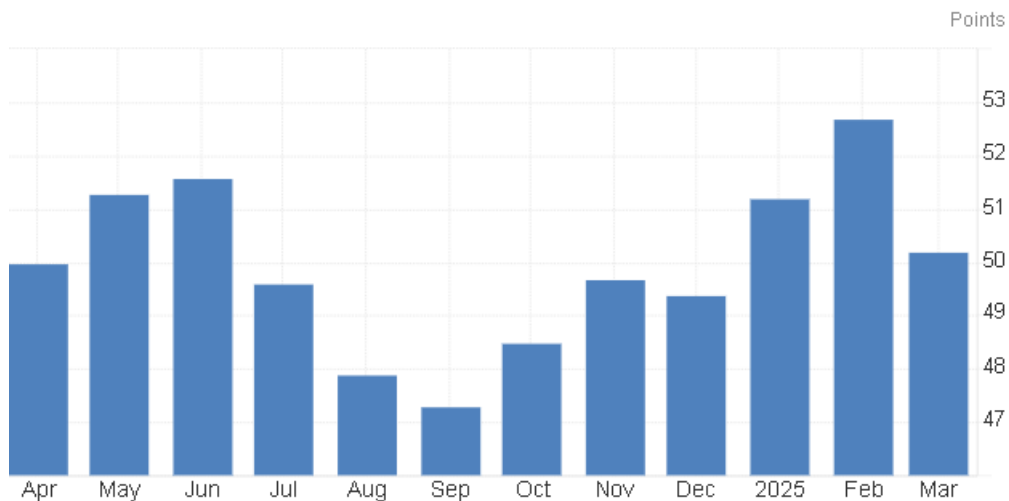
PMI Serviços - Estados Unidos:



Fonte: <https://tradingeconomics.com/united-states/services-pmi>

Quanto ao PMI Industrial, este caiu para 50,20 pontos, abaixo do registrado em fevereiro porém acima das expectativas. A queda foi marcada por conta de um enfraquecimento da expansão do setor no período dado as incertezas das políticas econômicas do governo.

PMI Manufatura – Estados Unidos:



Fonte: <https://tradingeconomics.com/united-states/manufacturing-pmi>

Sintetizando os dois, o PMI Composto subiu para 51,60 pontos, impulsionado pelo setor de serviços que mostrou mais força no mês de março, apesar das discussões geopolíticas recentes que diminuíram a percepção de confiança do mercado.

RENDA VARIÁVEL

No mercado de renda variável dos Estados Unidos, na variação mensal, os índices de renda variável tiveram forte correção com o Dow Jones recuou 4,20% aos 42.001,75 pontos, o S&P 500 cedeu 5,75% aos 5.611,85 pontos e o Nasdaq retraiu 8,21% aos 17.299,29 pontos. Os movimentos foram totalmente influenciados pelos ruídos geopolíticos do governo americano, que escalaram as.

Índice S&P 500:



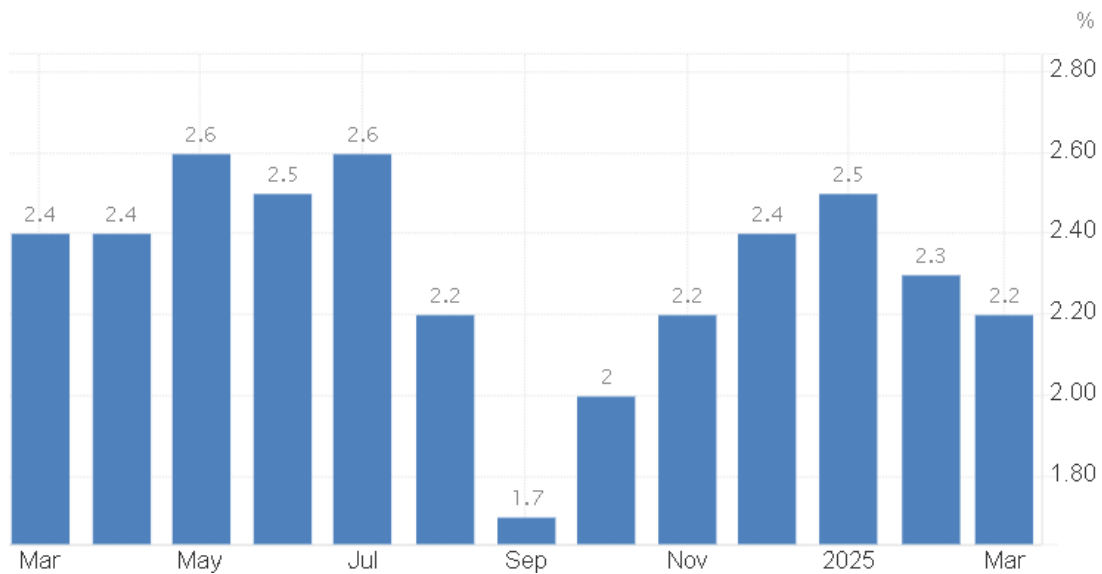
fonte: <https://tradingeconomics.com/spx:ind>

Zona do Euro

Inflação

A leitura da inflação ao consumidor na zona do euro, na janela anual caiu para 2,2% em março de 2025, ante 2,3% de fevereiro, conforme projeções. Os preços de energia voltaram a cair (-1%), enquanto a inflação de serviços recuou levemente (3,5% ante 3,7%). Já os preços de alimentos, álcool e tabaco subiram (2,9% ante 2,7%).

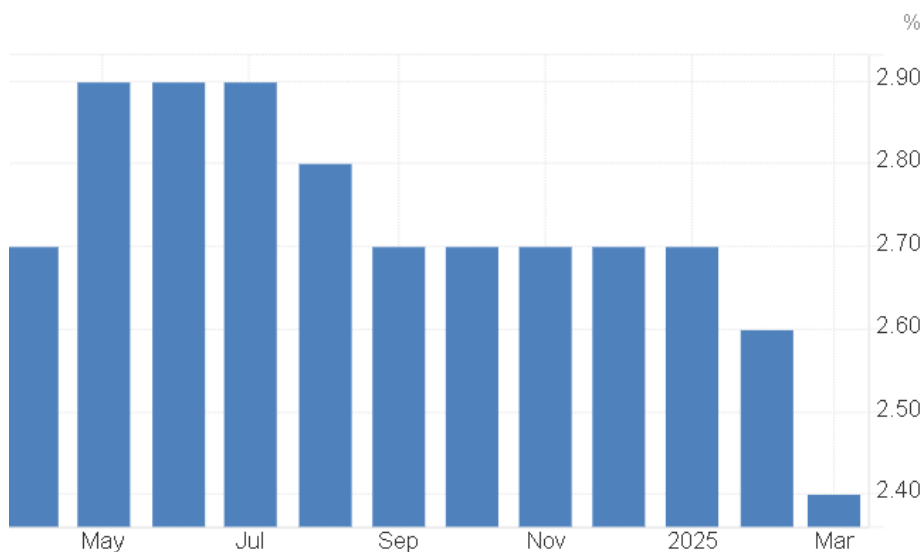
CPI – Zona do Euro:



Fonte: <https://tradingeconomics.com/euro-area/inflation-cpi>

O núcleo da inflação, em termos anuais, ficou em 2,4% em março, um pouco abaixo das expectativas de 2,5%, menor nível desde outubro de 2021. Esse resultado reforça a possibilidade de flexibilização monetária pelo BCE, diante das preocupações com o crescimento. Na comparação mensal, os preços subjacentes subiram 1%.

Núcleo inflação – Zona do Euro:

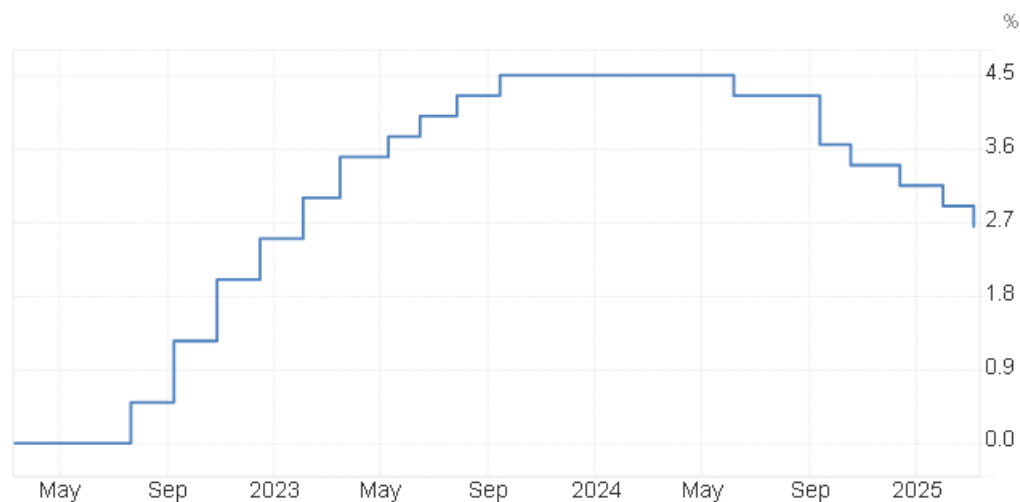


Fonte: <https://tradingeconomics.com/euro-area/core-inflation-rate>

Juros

Em março de 2025, o Banco Central Europeu decidiu reduzir as três principais taxas de juros em 25 pontos-base cada. Com essa decisão, a taxa de depósito foi ajustada para 2,50%, a taxa das operações principais de refinanciamento para 2,65% e a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez para 2,90%.

Taxa de Juros – Zona do Euro:



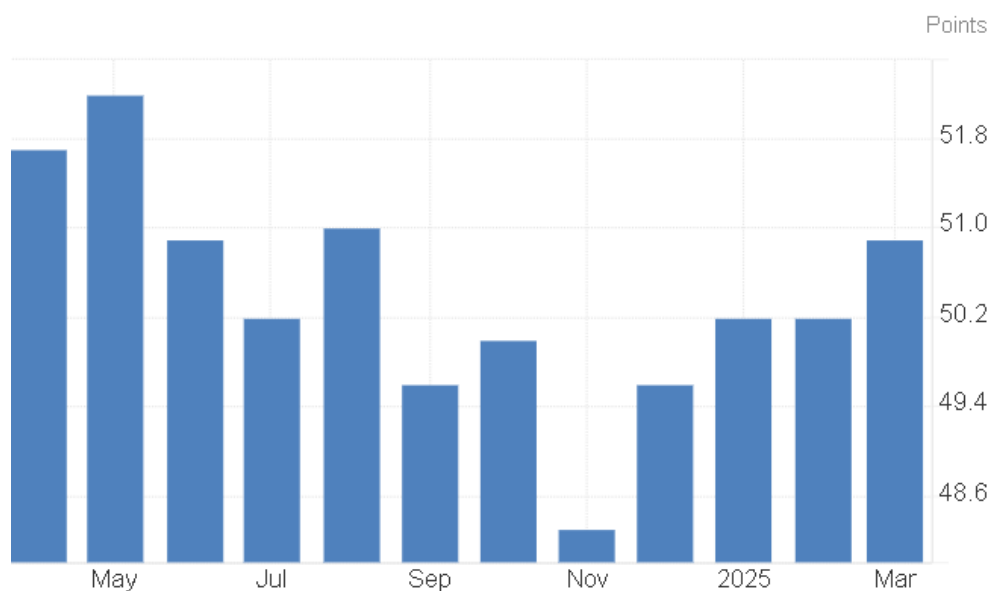
Fonte: <https://tradingeconomics.com/euro-area/interest-rate>

INDICADORES DE ATIVIDADE

PMI

O setor privado da zona do euro mostrou leve recuperação em março, com o índice PMI (composto) avançando para patamar levemente expansionista em 50,90 pontos, maior nível em sete meses. A produção industrial voltou a crescer após um longo período de contração, e o segmento de serviços também ganhou força. O número de contratações aumentou levemente, mesmo com a demanda praticamente estável. Os custos e preços cobrados subiram de forma mais contida, enquanto o sentimento das empresas em relação ao futuro ficou mais cauteloso

PMI composto – Zona do Euro:



O setor manufatureiro continuou em retração em março, com o PMI marcando 48,6, ainda abaixo dos 50 pontos que representam estabilidade, mas mostrando a desaceleração mais branda desde janeiro de 2023. Custos de insumos subiram no maior ritmo em sete meses. Já o PMI de serviços subiu para 51 pontos em março, superando a prévia e o dado de fevereiro, e apontando para uma leve aceleração na atividade do setor.

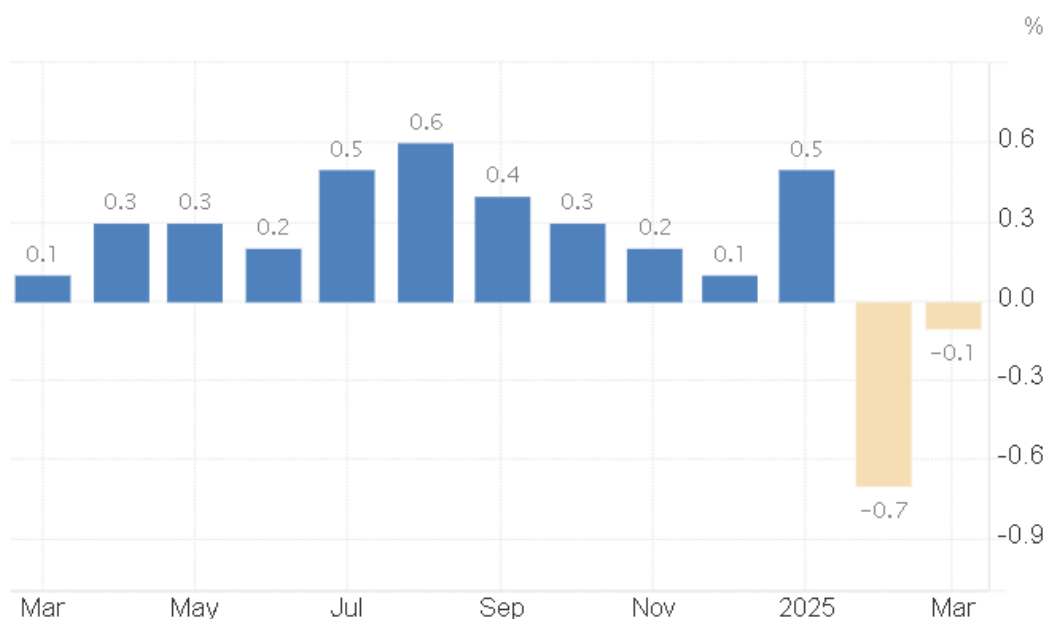
Além do exposto, ao longo das últimas semanas a Europa enfrentou intensas discussões geopolíticas e econômicas impulsionadas por tensões comerciais globais e desafios internos. A imposição de tarifas de 20% (posteriormente paralisadas) pelos Estados Unidos sobre importações da União Europeia levou o Banco Central Europeu a reduzir sua taxa de juros visando mitigar os impactos econômicos dessas medidas.

Durante a cúpula da UE em março, líderes europeus debateram estratégias para fortalecer a competitividade econômica, incluindo a conclusão da união bancária e de capitais, além de discutir questões de defesa e apoio à Ucrânia. Paralelamente, o Parlamento Europeu avançou em debates sobre a eliminação gradual da dependência energética da Rússia, refletindo preocupações com a segurança energética do bloco.

Ásia

A inflação ao consumidor da China de março recuou -0,1% em relação ao ano anterior, permanecendo em território deflacionário pelo segundo mês seguido, após uma queda de -0,7% em fevereiro. O resultado veio abaixo das expectativas dos analistas, que previam estabilidade. Apesar disso, o núcleo da inflação, que exclui alimentos e energia, subiu 0,5%, mostrando sinais de recuperação.

CPI – China:



fonte: <https://tradingeconomics.com/china/inflation-cpi>

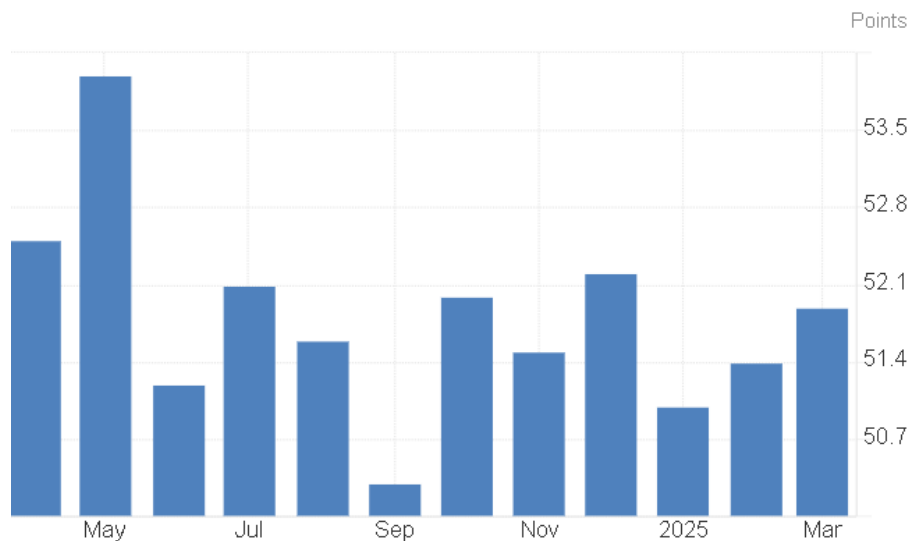
INDICADORES DE ATIVIDADE

PMI

O PMI de serviços da gigante asiática subiu para 51,90 pontos em março, superando as expectativas do mercado. Esse avanço foi impulsionado por uma melhora na demanda interna e esforços de marketing que estimularam os novos pedidos.

Apesar disso, o setor registrou a queda mais acentuada no emprego em quase um ano. Nos preços, os custos de insumos voltaram a subir, refletindo maiores gastos com pessoal e fornecedores. O otimismo empresarial diminuiu diante das incertezas econômicas e geopolíticas globais.

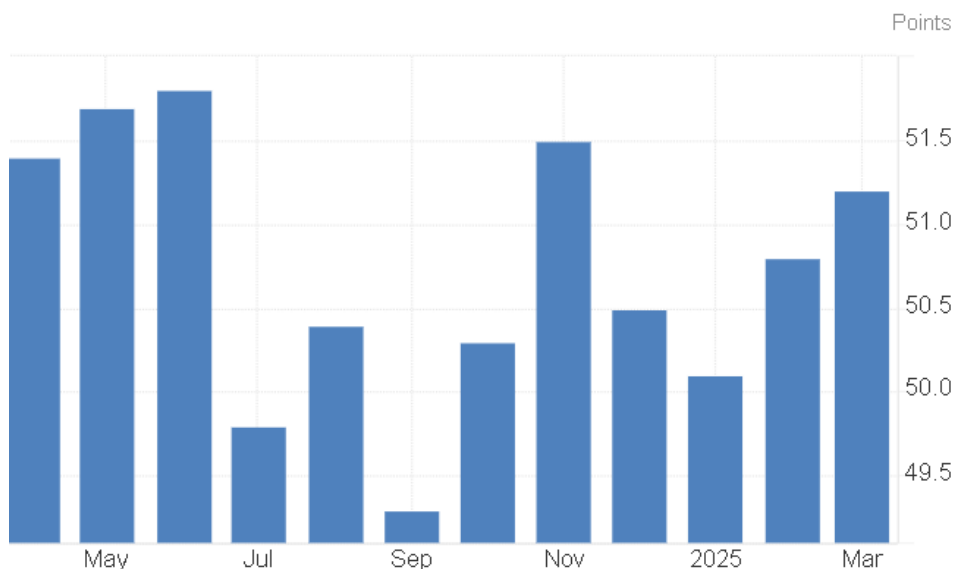
PMI serviços – China:



Fonte: <https://tradingeconomics.com/china/services-pmi>

Já o PMI manufatureiro chinês subiu para 51,20 pontos em março, acima das expectativas do mercado. O crescimento foi impulsionado pela alta de novos pedidos, tanto domésticos quanto internacionais. As empresas aumentaram as compras para recompor estoques. Apesar do cenário mais positivo na produção, a confiança empresarial recuou diante da intensificação das incertezas globais, especialmente no comércio exterior.

PMI industrial – China:

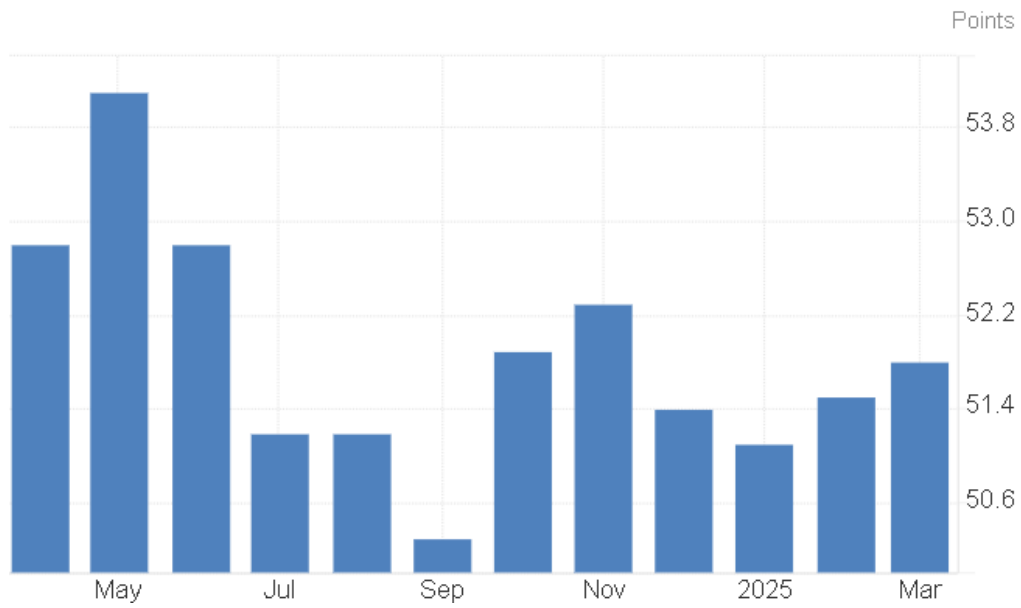


Fonte: <https://tradingeconomics.com/china/manufacturing-pmi>

Sintetizando os dois grupos, o PMI composto para 51,80 pontos em março. Como citado, o crescimento foi puxado pelo desempenho mais forte da indústria e pela aceleração dos serviços ao maior ritmo em três meses.

O aumento da atividade refletiu uma alta consistente nos novos pedidos, incluindo exportações, e o acúmulo de trabalho pendente pelo segundo mês consecutivo.

PMI composto - China:



Fonte: <https://tradingeconomics.com/china/composite-pmi>

Brasil

Juros

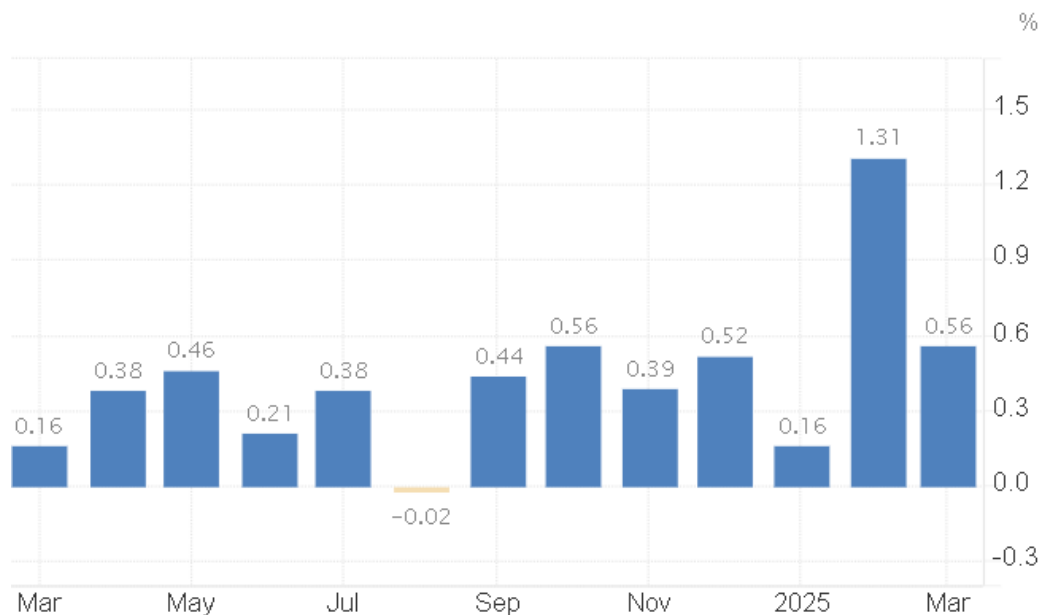
O Comitê de Política Monetária do Banco Central elevou a taxa Selic em 1 ponto percentual na segunda reunião de 2025, passando de 13,25% para 14,25% ao ano. A decisão busca conter a inflação persistente, apesar do impacto sobre o crescimento econômico.

No comunicado, o Copom indicou a possibilidade de um novo ajuste, embora menor, na próxima reunião de maio. O cenário inflacionário segue desafiador, com pressão dos preços administrados e expectativas desancoradas.

Inflação

No Brasil, a inflação ao consumidor medido pelo IPCA de março subiu 0,56%, desacelerando em relação aos 1,31% de fevereiro. No acumulado do ano, a inflação soma 2,04%, e em 12 meses chegou a 5,48%, acima dos 5,06% do período anterior, indicando uma pressão inflacionária crescente e acima do teto da meta (4,5%).

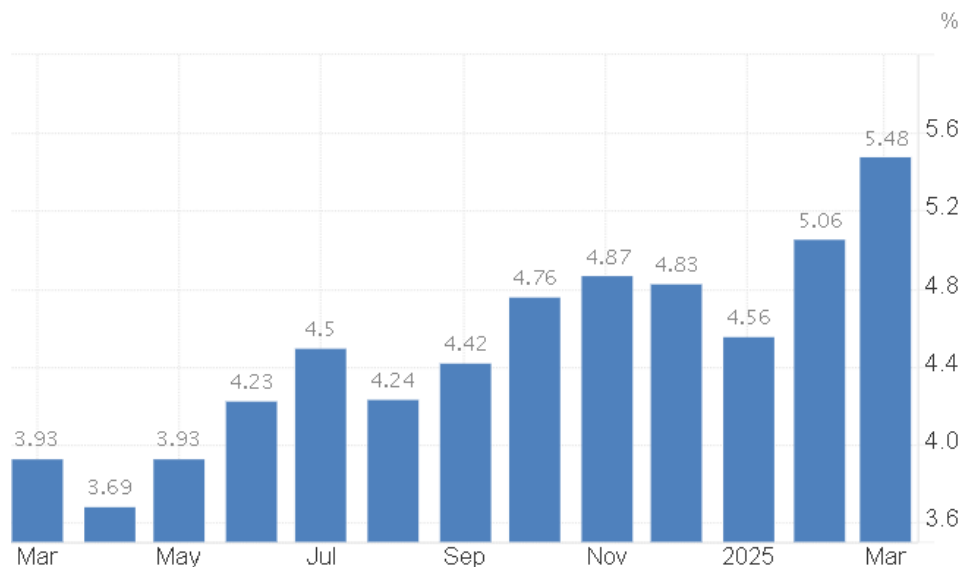
IPCA mensal – Brasil:



Fonte: <https://tradingeconomics.com/brazil/inflation-rate-mom>

O movimento foi impulsionado principalmente pela aceleração nos preços de alimentos e bebidas, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais e vestuário.

IPCA anual – Brasil:



Fonte: <https://tradingeconomics.com/brazil/inflation-cpi>

INDICADORES DE ATIVIDADE

PMI

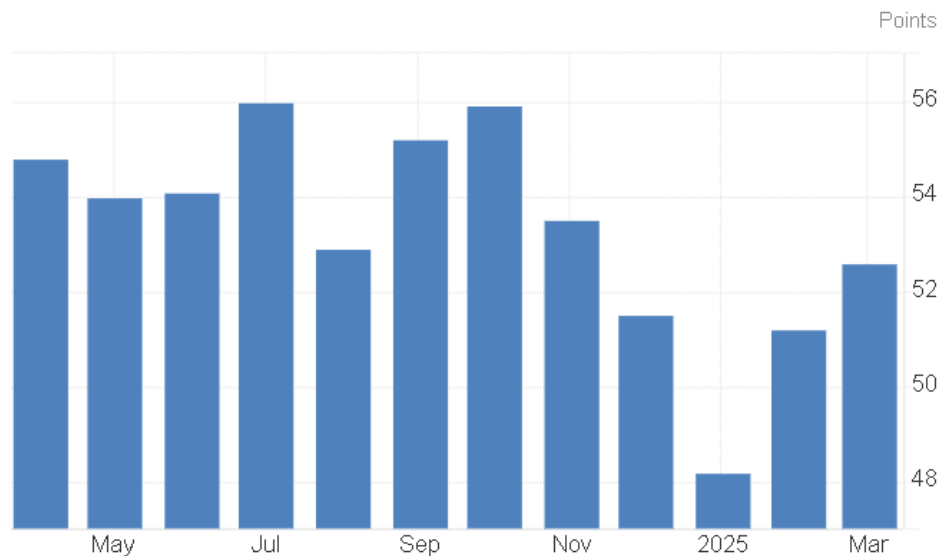
O PMI de serviços atingiu 52,50 pontos em março, apontando para uma moderada expansão do setor. O avanço foi sustentado por uma retomada na demanda, com destaque para os serviços voltados ao consumidor, que lideraram os ganhos em produção e vendas.

Apesar do macro desafiador em que se observam custos elevados de insumos, as empresas conseguiram suavizar o repasse de preços ao consumidor final. A percepção sobre o futuro, contudo, deteriorou-se, com o nível de otimismo caindo ao menor patamar desde 2021, pressionado por incertezas ligadas à inflação, inadimplência e condições restritivas de crédito.

Já o PMI industrial recuou para 51,80 pontos, abaixo da média de 2024. A desaceleração foi puxada por uma diminuição de novos pedidos, reflexo de um cenário doméstico mais restritivo, marcado por juros elevados e desvalorização cambial, que têm freado a demanda.

Na síntese, o PMI composto subiu para 52,60 pontos em março ante 51,20 pontos de fevereiro levado pela leitura expansionista de serviços e da manufatura.

PMI composto – Brasil:



Fonte: <https://tradingeconomics.com/brazil/composite-pmi>

Câmbio

Após forte disparada do dólar americano em relação ao Real brasileiro no mês de fevereiro, a divisa norte americana recuou 3,53% em março fechando o mês cotada em R\$ 5,71.

Bolsa

O fechamento do principal índice de renda variável doméstico, o Ibovespa, ficou em 130.259 pontos, em alta de 6,08% em relação ao mês de fevereiro.

IBOVESPA:



Renda Fixa

No mês de fevereiro, a performance dos índices ANBIMA fecharam da seguinte forma: IMA Geral (1,27%), IMA-B 5 (0,55%), IMA-B (1,84%), IMA-B 5+ (2,83%).

No grupo dos prefixados, as performances ficaram sob a seguinte forma: IRF-M 1 (1,01%), IRF-M (1,39%) e IRF-M 1+ (1,62%).

Quanto aos índices de prazos constantes, IDKA-Pré 2a teve variação de 1,33% no mês enquanto o IDKA-IPCA 2a obteve oscilação de 0,41% no mês.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

O ambiente de investimentos para o RPPS se mostra ainda mais desafiador, com pressões do ambiente externo sobre os mercados, porém pressões estas difíceis de se distinguir o que é mudanças estrutural e ruído.

Nos Estados Unidos, embora pautada por justificativas de segurança econômica e nacional, proteção da indústria nacional e correção de desequilíbrios comerciais, a imposição de tarifas ignora os custos sistêmicos e os efeitos colaterais gerados pela interferência coercitiva no funcionamento espontâneo dos mercados.

Além disso, o encarecimento de bens importados prejudica diretamente consumidores e empresas. As empresas que operam em cadeias globais enfrentam elevação de custos e menor previsibilidade sobre seus insumos, levando à compressão de margens e à postergação de investimentos. Na prática, medidas que visam fortalecer a indústria nacional acabam por gerar inflação de custos, menor produtividade e aumento da vulnerabilidade estrutural da economia.

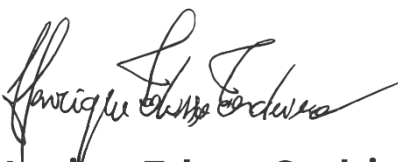
No plano internacional, a retaliação comercial compromete o equilíbrio das exportações e deteriora as condições externas de países integrados nas cadeias globais. A guerra tarifária eleva a incerteza sobre o ambiente institucional do comércio internacional e acende alertas quanto à segurança jurídica dos contratos e acordos vigentes. O resultado é um enfraquecimento da confiança entre parceiros comerciais, reconfiguração abrupta de fluxos logísticos e menor previsibilidade nas decisões de médio e longo prazo. Do ponto de vista financeiro, a elevação do risco sistêmico pode gerar efeitos inesperados nos mercados de capitais, nas moedas e no custo de financiamento soberano.

No Brasil, com a projeção de Selic em 15%, as expectativas de inflação cessaram revisões altistas, o que, coloca menor pressão de altas de forte peso sobre a Selic.

A alta de 1 ponto percentual na última reunião de 2025 foi acompanhada de uma sinalização de mais uma alta, de menor magnitude, na próxima reunião de 2025, além de um duro comunicado que apontou mais uma vez, que a relevância do aspecto fiscal na condução da política monetária, é crucial.

Frente a volatilidade do cenário econômico no curto prazo, recomendamos cautela aos investidores nos processos decisórios de investimentos. A perspectiva de uma Selic mais elevada para os próximos meses deve trazer melhores condições para atingimento de meta atuarial por um período mais prolongado e oportunidades de alocação em ativos emitidos pelo Tesouro e por instituições privadas, em que para estes, reforçamos o profundo processo de diligência na escolha dos ativos e seus respectivos emissores.

Não obstante, recomendamos que os RPPS diversifiquem sua carteira de investimentos nas classes de ativos recomendadas em nossos periódicos, como ativos de exposição ao exterior e renda variável doméstica que apresenta também, janela de entrada.



Henrique Tolusso Cordeiro

Economista Chefe

Corecon/SP: 37.262

INVESTIDOR EM GERAL – SEM PRÓ GESTÃO

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	60%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+)	0%
Longo Prazo (IMA-Geral/ IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	0%
Gestão do Duration	5%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	15%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1)	20%
Títulos Privados (Letra financeira e CDB)	20%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	20%
Multimercados (exterior 2,5% + doméstico 2,5%)	5%
Fundos de Participações *	0%
Fundos Imobiliários *	5%
<u>Investimento no Exterior</u>	10%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	0%
Fundos de Investimentos no Exterior	10%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso

PRÓ GESTÃO NÍVEL 1

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	55%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-Geral/ IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	0%
Gestão do Duration	0%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	15%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1)	20%
Títulos Privados (Letra financeira e CDB)	20%
<u>Renda Variável</u>	35%
Fundos de Ações	25%
Multimercados (exterior 1,25% + doméstico 1,25%)	2,5%
Fundos de Participações *	2,5%
Fundos Imobiliários *	5%
<u>Investimento no Exterior</u>	10%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	5%
Fundos de Investimentos no Exterior	5%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.

PRÓ GESTÃO NÍVEL 2

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	50%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-Geral/ IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	0%
Gestão do Duration	0%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	10%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1)	20%
Títulos Privados (Letra financeira e CDB)	20%
<u>Renda Variável</u>	40%
Fundos de Ações	30%
Multimercados (exterior 1,25% + doméstico 1,25%)	2,5%
Fundos de Participações *	2,5%
Fundos Imobiliários *	5%
<u>Investimento no Exterior</u>	10%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	5%
Fundos de Investimentos no Exterior	5%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.

PRÓ GESTÃO NÍVEL 3

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	40%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-Geral/ IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	0%
Gestão do Duration	0%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	10%
Curto Prazo (CDI e IRF-M 1)	15%
Títulos Privados (Letra financeira e CD)	15%
<u>Renda Variável</u>	55%
Fundos de Ações	35%
Multimercados (exterior 1,25% + doméstico 1,25%)	2,5%
Fundos de Participações *	2,5%
Fundos Imobiliários *	5%
<u>Investimento no Exterior</u>	15%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	7,5%
Fundos de Investimentos no Exterior	7,5%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.